Editorial

A linha de pesquisa "Educação, Políticas Públicas e Cidadania", do Mestrado em Educação da Unoesc, responsável pela organização deste número da Roteiro tem a satisfação de disponibilizar à comunidade educacional diversos artigos que trazem à discussão, por meio de reflexões teóricas e relatos de pesquisa, temáticas vinculadas ao seu objeto de estudo. Este número objetiva contribuir com o processo de discussão e aprofundamento de temas candentes relacionados à temática da linha, problematizando alguns dos atuais marcos de organização da educação brasileira bem como mecanismos de gestão e controle, delineando cenários para uma educação de qualidade para todos.

A disputa na busca de caminhos para a melhoria da educação envolve hoje uma contenda entre duas grandes frentes de políticas públicas: as chamadas "neoliberais" e as que podem ser denominadas de democráticas e participativas. Segundo Luiz Carlos de Freitas, é vocação de toda política pública regular os sistemas públicos de ensino, suas estratégias e seus processos de mudança. No entanto, nos alerta este autor, "regulação", é um termo que foi construído no interior das políticas públicas neoliberais, guardando um significado muito próximo à ação de privatização do Estado e de desresponsabilização deste por uma gama de serviços. Ampliar a compreensão crítica dos processos de avaliação, tão em voga na última década, é entender que a avaliação tem interfaces não só com a pedagogia e com os aspectos ligados ao currículo, mas também com formação de professores e, particularmente, com as políticas educativas. Assim, a sua análise precisa relacionar a avaliação desde o seu nível "micro" até o que se pode denominar de nível "megamacro", o que significa encarar também a sua transnacionalidade e globalização.

O texto de abertura da revista é do Professor Elton Luiz Nardi, professor do Mestrado em Educação da Unoesc. Focaliza a temática da descentralização e da autonomia da escola, evidenciando a influência das orientações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) nas reformas da educação implementadas nas últimas décadas no país. Sublinha, particularmente, o quanto essas orientações guardam alinhamento com as virtudes do mercado e menos com os indicadores de uma gestão democrática. As reflexões que Elton Luiz Nardi nos

apresenta certamente permitirão aos leitores uma compreensão mais aprofundada dos artigos que se seguem, e que oferecem trabalhos investigativos, debates e reflexões mais pontuais sobre as políticas públicas educacionais e suas práticas.

Nos parágrafos seguintes fazemos uma breve apresentação desses artigos, iniciando pelo estudo de Débora Raquel Alves Barreiros e Rita de Cássia Prazeres Frangella, ambas da UERJ, que discute o sentido da política a partir de uma concepção de currículo e política como enunciação, articulação/produção de significados. Ao compreender o processo de produção da política como prática articulatória, defendem que as análises de políticas curriculares devem ser entendidas como uma ação contingente, conflituosa, discursiva e dialógica.

Serena Siqueira Esquinsani, da Universidade de Passo Fundo – RS (UPF), nos brinda com uma análise de experiência realizada em um município do RS, entre 2005 e 2008, de escola em tempo integral, um dos caminhos que tem sido referenciado como importante para a busca da ampliação do direito à educação.

No texto seguinte, Silvio Carlos dos Santos e Soraia Napoleão Freitas, da UFSM e Areli Peripoli e Marilu Palma de Oliveira, da UFSC, demonstram, num estudo coletivo, a necessidade de criar alternativas para superar, por meio das políticas públicas, as práticas segregacionistas que vigoram no interior do processo de globalização da sociedade. Importante ler este artigo visando novas intervenções escolares para tornar a escola, cada vez mais, um espaço de acolhimento à diversidade.

Já o artigo de Almir Paulo dos Santos, da Unisinos/RS, reflete sobre o conselho de classe participativo como uma ferramenta importante para o estudo dos índices alcançados nas avaliações, o que pode proporcionar alternativas de aproximação da comunidade escolar da sociedade. Objetiva apontar caminhos para as políticas públicas e gestão da educação no sentido aproximar o aluno das avaliações escolares, enquanto sujeito da educação.

Jorge Luiz Correia e Ângela Mara Barros Lara, da Universidade Estadual de Maringá- PR (UEM), numa abordagem histórica a respeito do período de 1995 a 2002, analisam as políticas públicas de Educação de Jovens a Adultos no seu estado. Evidenciam que as políticas então postas em prática resultaram na ampliação do atendimento e em altos índices de conclusão, ampliando o horizonte da universalização da educação básica, principalmente por terem adotado mecanismos de descentralização e de aceleração de certificados.

Eloir Fátima Mordando Cardoso e Antonio Serafim Pereira, da Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (Unesc), compartilham com os leitores, ainda numa síntese preliminar, um interessante estudo a respeito de uma prática inovadora para o ensino fundamental, com a intenção de trazer à tona reflexões acerca da reprodução e importação de conhecimento, trazidas pelas políticas públicas curriculares.

Finalmente, encerra-se a publicação com o artigo de Dorval do Nascimento, da UFMA, que reflete sobre as políticas públicas de educação situadas ainda no final da Primeira República. Traz à tona a atuação dos inspetores escolares em relação à promoção da cultura cívica nas escolas primárias de Santa Catarina, na tentativa de garantir práticas de patriotismo, num estado da federação que incorporava importantes levas de populações de origem estrangeira.

Esperamos que este número contribua para ampliar os conhecimentos e as reflexões dos nossos leitores, profissionais da educação ou não, a respeito dos diferentes espaços de construção política democrática e, desse modo, sirva de inspiração para ações que colaborem pela construção de uma sociedade com justiça social.

Profa. Dra. Leda Scheibe Programa de Mestrado em Educação da Unoesc e PPGE-UFSC Vice-Presidente da ANPED